

Ambivalências no acesso à água por comunidades tradicionais do Nordeste

Ambivalences in access to water by traditional communities in the Northeast

José Erivaldo Gonçalves* 

Paulo Cesar O. Diniz** 

André Monteiro Costa*** 

RESUMO

Este artigo analisa as ambivalências em relação ao acesso à água por parte de comunidades e populações diretamente afetadas pela transposição do rio São Francisco. A partir da abordagem de Bauman (1999), ambivalência é entendida como a contingência resultante da busca incessante pelo ordenamento e racionalização modernos. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa. Os dados foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas e discutidos com base nas categorias de acesso, segundo Fekete (1997). O planejamento para que as comunidades tenham acesso à água, tem sido operacionalizado de forma restrita, ao mesmo tempo, onerosa economicamente, além de se impor uma reconfiguração organizacional e sociocultural dessas comunidades. Por fim, se já existe uma dificuldade de acesso em relação ao consumo e uso doméstico, no que se refere ao uso produtivo, não há nenhuma perspectiva de acesso à água pelas comunidades.

Palavras-chaves: Equidade no acesso à água; ambivalência; transposição do São Francisco; vulnerabilidade social.

ABSTRACT

This article analyzes the ambivalences regarding access to water on the part of communities and populations directly affected by the transposition of the São Francisco River. Based on Bauman's (1999) approach, ambivalence is understood as the contingency resulting from the incessant search for modern ordering and rationalization. This is a case study, with a qualitative approach. Data were obtained from semi-structured interviews and discussed based on access categories, according to Fekete (1997). Planning for communities to have access to water has been operationalized in a restricted way, at the same time, economically costly, in addition to imposing an organizational and sociocultural reconfiguration of these communities. Finally, if there is already difficulty with access in relation to consumption and domestic use, in terms of productive use, there is no prospect of access to water for communities.

Keywords: Equity in Water Access; Ambivalence; Transposition of São Francisco river; Social Vulnerability.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.79898>

*Fundação Oswaldo Cruz.
Instituto Aggeu Magalhães.
Recife, Pernambuco, Brasil.
E-mail: goncalves.erij@gmail.com.

**Universidade Federal de
Campina Grande, Campus Sumé.
Sumé, Paraíba, Brasil.
E-mail: paulo.cesar@professor.ufcg.
edu.br.

***Fundação Oswaldo Cruz.
Instituto Aggeu Magalhães.
Recife, Pernambuco, Brasil.
E-mail: andre.monteiro@fiocruz.br.

Como citar: Gonçalves J. E., O.
Diniz P. C., Costa A. M.,
Ambivalências no acesso à água
por comunidades tradicionais do
Nordeste. Em Pauta: teoria social
e realidade contemporânea,
Rio de Janeiro, v. 22, n. 55,
pp. 175-190, maio/ago, 2024.
Disponível em: [https://doi.
org/10.12957/rep.2024.79898](https://doi.org/10.12957/rep.2024.79898)

Recebido em 31 de outubro de 2023.

Aprovado para publicação em 05 de
março de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César.



Introdução

O acesso às águas da transposição do rio São Francisco – megaempreendimento que oficialmente foi denominado de Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) – insere-se em uma problemática complexa que requer uma análise profunda e sistemática, considerando a reconfiguração territorial, a partir da mudança geográfica e organizacional do acesso hídrico, tendo como marco o início das obras, em 2007 (Gonçalves et al., 2024a; Domingues, 2016). O PISF que, ao mesmo tempo, objetivou levar a água a 12 milhões de pessoas, deixou muitas populações sem e/ou com acesso reduzido à água da transposição (Gonçalves *et al.*, 2018).

A transposição do rio São Francisco pode ser compreendida como um projeto cheio de ambivalências no que diz respeito ao grau de ajuste entre as características das populações locais e os recursos hídricos viabilizados, no processo de busca, obtenção e efetivo acesso à água pelas pessoas diretamente afetadas. Conforme apresenta Azevedo e Costa (2010, p. 798), é necessário compreender que a existência de um serviço em um determinado local – no caso, a concretização da transposição do São Francisco – “apesar de constituir um aspecto importante, não garante sua efetiva utilização”.

A ambivalência, segundo Bauman (1999, p. 23), “é, provavelmente, a mais genuína preocupação e cuidado da era moderna”, e sua força cresce, “a cada sucesso dos poderes modernos”. Ela caracteriza-se pela busca de uma determinada ordem em relação ao caos, a tarefa primordial do modelo civilizatório ocidental moderno em suas origens, conforme aponta Bazzanella (2012). Toda essa empreitada civilizacional significava, entre outras possibilidades, a superação de situações que porventura pudessem escapar ao domínio da racionalidade: “(...) a busca pela quantificação, mensuração, planejamento, ordenação do mundo, da existência em sua totalidade.” (Bazzanella, 2012, p. 26).

Nesse sentido, a abordagem da temática do acesso à água será conferida neste texto, como um sintoma da ambivalência em relação ao PISF. A noção de acesso, segundo Fekete (1997), por sua vez, insere uma análise sistemática da realidade e pode ser entendida a partir de quatro dimensões – geográfica, organizacional, sociocultural e econômica – que contribuem para a apreensão do acesso em determinado contexto. As dimensões configuram um constructo que identifica os elementos pertencentes a cada nível e os movimentos correlacionais nos aspectos dimensionais que compõem estruturas que se traduzem na manifestação de fenômenos no território (Fekete, 1997).

O objetivo deste estudo é analisar as dimensões do acesso à água pelas comunidades e populações tradicionais ao longo dos canais da transposição do rio São Francisco, norteado pela noção de ambivalência, a partir da leitura de Bauman (1999). Aqui a noção de acesso, configura-se como a produção da ordem – o planejamento, a administração – enquanto uma condição ambivalente, relacionada ao não e/ou restrito acesso à água. A am-

bivalência, nas palavras de Bauman, (1999, p. 23), significa o “refugo da modernidade”, a contingência, aquilo que escapa à ordem do planejamento e da execução de ações para levar água às populações e comunidades afetadas pelo PISF.

Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa. Os dados foram discutidos com base nas categorias de acesso, segundo Fekete (1997), as quais se constituem a partir de quatro dimensões: i. *geográfica* – aspectos físicos que dificultam – distância, barreiras, acidentes geográficos, topografia; ii. *organizacional* – obstáculos decorrentes da forma de organização dos serviços – tipo de tecnologia e soluções, quantidade e qualidade da água disponível; iii. *sociocultural* – perspectivas da população – gênero, cuidado com a água, hábitos, participação nas soluções; iv. *econômica* – consumo de tempo, energia e dinheiro – preço da tarifa dos serviços e, necessidade de compra de água (Fekete, 1997).

O estudo foi realizado em comunidades tradicionais (Cipó, Hortifrutigranjeiro, Rio da Barra, Waldemar Siqueira, Comunidade Quilombola Carvalho, Vila Produtiva Salão e Vila Produtiva Lafayette) inseridos no Eixo Leste do PISF; trecho onde a água transposta tem origem no lago da barragem de Itaparica, no município de Floresta/PE, com destino a Monteiro/PB e o rio Paraíba – PB (Brasil, 2004) e que foram afetadas diretamente ou indiretamente pelas obras da transposição do rio São Francisco.

Essas comunidades estão localizadas nos municípios de Sertânia e Custódia, a 263 e 304 quilômetros, respectivamente, de distância de Recife, capital de Pernambuco (PE), bem como no município de Monteiro, no estado da Paraíba, distante 295 quilômetros da capital, João Pessoa, no Nordeste do Brasil. Os municípios pernambucanos situam-se na região do semiárido, na microrregião do Sertão do Moxotó, fazendo parte da bacia hidrográfica do Rio Moxotó. O município de Monteiro, por sua vez, fica na microrregião do Cariri e na bacia do rio Paraíba (IBGE, 2018).

Os participantes deste estudo foram pessoas residentes nos territórios, de qualquer sexo e maiores de 18 anos, que aceitaram ser entrevistados para a pesquisa. Foram incluídas lideranças comunitárias e de movimentos sociais, membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e agentes de órgãos públicos. A amostra foi do tipo intencional, sendo considerada a formação de uma amostra heterogênea e em número suficiente para saturação das respostas, ou seja, quando ocorreu a repetição do discurso sobre o objeto de estudo (Yin, 2016).

Para a coleta de dados foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas com temáticas relacionadas aos aspectos comunitários e familiares buscando compreender os processos de acesso à água decorrentes da implantação das obras do PISF nesta região. Os dados transcritos foram organizados e sistematizados em planilhas do Excel 2007. As entrevistas foram realizadas mediante a definição prévia de dia, horário e local, e aconteceram durante os anos de 2021 e 2023, com duração média de uma hora e gravadas em áudio.

A pesquisa foi aprovada segundo a Resolução da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa nº 196/96, na versão 2012. Para preservar a identidade dos sujeitos foram utilizados codinomes genéricos.

A exposição dos resultados da pesquisa foi feita em três tópicos. O primeiro aborda o signo da ambivalência para pensar o Nordeste e como este signo se tornou uma das características da transposição do rio São Francisco, considerando as consequências desta transposição para as comunidades atingidas. O segundo tópico enfoca o Sistema Integrado de Saneamento Rural de Pernambuco (Sisar), que entrou em vigor em 2021 como uma estratégia de abastecimento das comunidades atingidas. E o terceiro tópico traz reflexões sobre o acesso hídrico das populações reassentadas nas vilas produtivas rurais (VPR), suas contradições e ambivalências.

A ambivalência na compreensão do Nordeste e na transposição do Rio São Francisco

O Nordeste brasileiro se consolida sob o signo da ambivalência que, segundo Calazans (2007, p. 76), é caracterizado por uma classificação interna à região, ou seja, “a conjugação de elementos contraditórios dentro de uma mesma região – elementos como miséria e opulência, seca e fartura, violência e sociabilidade harmoniosa, sertão e litoral.” Para Calazans (2007), dois autores pensaram muito bem o Nordeste dentro da perspectiva da ambivalência: Gilberto Freyre que enfatizou a “civilização do açúcar”, ou seja, o litoral do Nordeste; e Celso Furtado que, por sua vez, centrou suas análises no sertão nordestino. Por um lado, Freyre se dedicou a esse Nordeste litorâneo, das “árvores gordas e sombras profundas”, diz Calazans (2007, p. 76).

O outro Nordeste – de seca e miséria – foi pensado por Furtado como uma economia dependente e/ou subsidiária da economia do litoral canavieiro. Em seu famoso diagnóstico, realizado em 1958, conforme dizem Rozendo e Diniz (2020), Furtado afirmava que a produção de alimentos, realizada basicamente pela agricultura camponesa, era a mais afetada pela irregularidade de precipitação pluviométrica, entrando em colapso e se transformando em calamidade social. Nesse sentido, o combate à seca naturalizou o problema socioeconômico, instaurando um conflito entre a natureza implacável do semiárido e sua sociedade, vítima da seca. O conflito entre meio ambiente e sociedade, que se sustenta na implacabilidade das secas como produtora das desigualdades, expressas na noção de combate à seca, ainda encontra grande aceitação no imaginário social (Rozendo; Diniz, 2020).

Por conta deste conflito – sociedade e natureza – o semiárido, lugar onde reinava o caos, o irracional e a desordem, passou a ser objeto obsessivo na busca pelo ordenamento.

Com isso, tornou-se alvo de manipulação dentro de “uma lógica de organização, planejamento e administração da esfera social e natural do mundo moderno, cabendo unicamente ao homem conduzir a existência na esfera social e natural que o cercava” (Bazzanella, 2012, p. 28).

O projeto de transposição das águas do rio São Francisco e sua secular trajetória, é parte desse esforço de expurgar a ambivalência a partir de uma guerra travada contra o fenômeno caótico das secas, planejando e executando formas de combater seus efeitos. Decorre daí a consolidação da política das grandes obras hídricas, especialmente açudagem, associadas à modernização econômica da agropecuária (expansão da pecuária, perímetros irrigados, ampliação das monoculturas) do semiárido (Bursztyn, 2008). As políticas de modernização da economia do semiárido, especialmente deflagradas a partir do final do século passado, representam uma tentativa de domesticação da natureza, diante do sofrimento social causado pelas secas do semiárido. Significam, num certo sentido, o domínio de uma “natureza hostil”, conforme dizem Rozendo e Diniz (2020, p. 03).

A concretização do PISF, em toda sua concepção, está nesse contexto do esforço social e governamental de ordenamento do caos provocado pela seca. Contudo, percebemos que a transposição apresenta uma grande ambivalência, entendida “como o reverso da ordem, como o anúncio incômodo, constrangedor, carregado de incertezas” (Bazzanella, 2012, p. 36), sobre os sentidos universalizantes e ordenadores de uma proposta moderna civilizatória ocidental. Nesse afã ordenador, umas das características da transposição do rio São Francisco é sua ambivalência relacionada ao acesso à água e as implicações dimensionais desse acesso, junto às comunidades afetadas.

Sob o argumento do acesso à água, as obras da transposição destruíram diversas fontes hídricas que serviam tradicionalmente para abastecimento das populações no entorno dos canais, fato que se reproduziu ao longo das comunidades afetadas pela transposição (Gonçalves *et al.*, 2018). Nesse ínterim, as populações que permaneceram nas comunidades foram submetidas a processos de vulnerabilização, conflitos e injustiças socioambientais decorrentes das obras, gerando uma primeira ambivalência no projeto. Estes processos levaram à inviabilização do acesso à água a partir das dimensões geográfica, organizacional e sociocultural nesses territórios, conforme depoimento a seguir:

Quer dizer que quando é pra abastecer o outro, aí eles fecham o daqui; aí aqui a gente fica sem água. [...] Porque o cacimbão cortou, quando fizeram o canal cortou... Aí disseram: “Mas não tem nada a ver”. Eu não sei, sei que parou; o cacimbão secou de vez, o que a gente se mantinha (morador de Cipó).

Muitas das comunidades passaram a ser abastecidas por meio de carros pipas, o que por vezes gerava conflito e insuficiência diante do uso da água para atividades domésticas, produtivas e a criação de animais. Esta condição insere os territórios em uma nova con-

figuração de acesso à água que interpela as dimensões sociocultural, econômica e organizacional, refletindo na oneração financeira pela compra da água e mudança relacionada aos hábitos da população no que se refere à utilização da água para produção e criação de animais, conforme depoimento de morador da comunidade de Cipó. A destruição de fontes tradicionais implicou em perda de autonomia sobre os processos organizacionais e políticos nessas comunidades, sob a perspectiva ordenadora do acesso à água (Fekete, 1997; Brandão, 2010; Gonçalves et al., 2024a).

Você tinha que se rebolar. O bicho, muito que você tivesse, você tinha que se rebolar com esses cinco mil litros d'água [do carro-pipa]. Quando você pegava um motorista bonzinho que você dava um agrado a ele, ele botava mais um pouquinho. Mas pedindo a todo santo do céu pra gente ficar calado porque tava [em risco] o emprego dele, nera? Ele tava arriscando (morador de Cipó).

No entanto, há relatos de pessoas que utilizam de forma clandestina às águas do canal, demandando uma análise complexa da sobreposição dos processos de vulnerabilização e confrontos à existência, à produção e à reprodução social dessas comunidades que, destituídas de sua autonomia, recorrem a outros meios de sustentação da vida: “Meu irmão ali... a minha cunhada, ela fez um ‘lerãozinho’, o menino bota a mangueira por cima do canal e consegue botar água pra ali, é com o que elas estão fazendo uma verdurinha”. A constatação é que ao longo desse tempo de construção do PISE, as populações das áreas afetadas foram invisibilizadas e suas estratégias comunitárias desqualificadas – uma das características do processo de busca da ordem moderna (Bauman, 1999).

Às margens de tudo, perderam a parte de terra fértil que tinham, onde havia água de aluvião, quer dizer, tipo de solo que fica nos interstícios da areia dos leitos dos rios, rico em água subterrânea, que era usada para diversos fins: irrigação, abastecimento familiar e animal (Domingues, 2016).

Com relação aos agricultores mais idosos, houve perda material e simbólica significativa e agravos à saúde, desenvolvendo sofrimento mental ao perderem suas terras férteis e a água disponível nestas. A maioria não pode mais trabalhar e/ou produzir, havendo uma violência simbólica para com os idosos. O acesso, como categoria territorializada não existe para essas pessoas, há uma reformulação das prerrogativas desse acesso que responde à ambivalência de um projeto que retroage negativamente nessas comunidades. A água, no semiárido rural, é o que possibilita a reprodução social. Já o trabalho é uma das categorias centrais para estas pessoas que, sem o seu exercício, perdem o sentido de viver, destituindo sua identidade enquanto sujeitos antropológicos e de desejos.

(...) É... a tristeza vem muito, quando eu perdi meus amigos e veio assim... Seu Heleno, que era da associação, você visitava ele lá e via ele aperreado. E di-

zia: ‘não tem mais jeito, eu acho que adoeci, eu acho que vou morrer’. Eu dizia: ‘vai não, Seu Heleno, o senhor vai ficar bom. Nós vamos fazer aqui... vai ter água encanada pra o senhor aqui, isso aqui vai ficar tudo verde, o senhor vai ver que bonito’. ‘O quê? Vou morrer e não vou ver’. (...) Seu Lídio também andou ruim demais (morador de Cipó).

As barreiras para o acesso à água, imposta pela transposição ressoa na qualidade e no modo de vida em sentido profundo e complexo. Retroagindo na saúde física e mental, subsumindo-se a vulnerabilidades históricas que antecedem à transposição. Tanto a dimensão geográfica, que foi “reorganizada” a partir da destruição do território, quanto a sociocultural, foram afetadas primariamente, reverberando suas consequências nas demais categorias, como a organizacional e a econômica.

Esse processo de ordenamento e planejamento – de um território tradicional, supostamente caótico – nada mais é do que o Estado assumindo a “postura de jardineiro”, metáfora usada por Bauman (1999, p. 29). O Estado “jardineiro”, afirma Bauman (1999), busca substituir os mecanismos incontrolados/espontâneos da sociedade (as ervas daninhas, na prática de jardinagem) por planos ordenados e organizados de forma linear (ou seja, o cultivo de plantas desejáveis).

No caso do PISF, repete-se a frente ordenadora com o objetivo de levar água ao Nordeste Setentrional – territórios caóticos, em termos de recursos hídricos. As fontes tradicionais e espontâneas que existiam foram desqualificadas pelo projeto de transposição. De acordo com os planos ordenadores do PISF, os estudos realizados constataram a existência, ao longo das áreas afetadas (ADA) pelos canais, de pequenos povoados e localidades. Contudo, eles contam com “suprimento hídrico precário”, frequentemente baseado em fontes com “baixa confiabilidade quantitativa e/ou de qualidade inadequada” — cacimbas, açudes intermitentes, poços com elevado teor de salinidade, barreiros etc. (Brasil, 2005).

Com essa visão, o Estado torna-se um “jardineiro” e, segundo Bauman (1999, p. 29), o Estado Moderno-Jardineiro, deslegitima “a condição presente (selvagem, inculta) da população” e desmantela “os mecanismos existentes de reprodução e autoequilíbrio”. As fontes existentes foram consideradas precárias e precisavam ser retiradas, tal qual as “ervas daninhas” de um jardim, para se cultivar as “boas” plantas, para colonizar esse espaço, agora não mais sob o controle das populações tradicionais, mas sob o plano racionalizado do PISF.

O projeto de transposição colocou em seu lugar (nos territórios tradicionais) “mecanismos construídos com a finalidade de apontar a mudança na direção (...)” de um novo projeto social (Bauman, 1999, p. 29). O caminho para essa sociedade, diz Bauman (1999, p. 38) “passa pela domesticação final das forças naturais inerentemente caóticas e pela execução sistemática, se necessária impiedosa, de um plano racional cientificamente

concebido.” Eis a intenção última do PISF: uma sociedade administrada para o acesso ordenado à água; um sujeito racionalizado – domesticado – para o uso racional da água.

Acesso comunitário à água: o Sistema Integrado de Saneamento Rural de Pernambuco

Desde o início das obras do PISF, apenas e recentemente, duas unidades de abastecimento foram implantadas, dentre as diversas comunidades impactadas ao longo do Eixo Leste da transposição. A primeira unidade de abastecimento entrou em operação ao final de 2022, na comunidade quilombola Carvalho, município de Custódia/PE; a segunda, em 2023, na localidade de Rio da Barra, em Sertânia/PE.

Destaca-se que o PISF tem um programa de mitigação para reduzir os impactos das obras da transposição que consiste em implantar diversos sistemas comunitários de abastecimento de água, visando à melhoria da qualidade de vida das populações nas Áreas Diretamente Atingidas (ADA), próximas ao canal, além de reduzir os riscos associados a eventuais tentativas de uso clandestino das águas dos canais e reservatórios (Brasil, 2005).

A estratégia de abastecimento nessas comunidades faz parte de um programa estadual, denominado de Sistema Integrado de Saneamento Rural de Pernambuco (Sisar), que entrou em vigor em 2021, tendo por base a experiência nascida no Ceará, na década de 1990 (Sisar, 2023). Em síntese, o programa é uma alternativa de gestão compartilhada, entre o governo e a organização comunitária dos sistemas de saneamento, garantindo a operação sustentável e a qualidade da água fornecida às comunidades rurais. Como forma de otimizar a gestão do programa, o Sisar foi regionalizado e está composto por vários núcleos de coordenação. As duas unidades em foco fazem parte do Sisar Moxotó – com sede na cidade de Arcoverde/PE – contemplando dez municípios, dentre estes, Custódia e Sertânia, cortados pelo Eixo Leste da transposição e envolvendo 649 comunidades cadastradas inicialmente (Sisar, 2023).

O Sisar Moxotó – a primeira experiência a entrar em operação em PE (Lafayette, 2021) –, tem a supervisão técnica da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), operadora de abastecimento de água para consumo humano do estado de Pernambuco. A primeira unidade de abastecimento comunitário é denominada de Carvalho/Lagoa da Onça e agrega dez comunidades e uma população total de 1.148 pessoas (em 2013), segundo o plano de execução do Sisar Moxotó. Ela atende quase 300 famílias e tem capacidade para beneficiar até mil famílias, com um consumo padrão de até 8 mil litros de água/mês por família, conforme entrevista (Sisar, 2023).

Nessa situação, as famílias participantes contribuem com uma taxa em torno de R\$40,00 para manter a unidade funcionando. A partir desse volume (8 mil litros/mês), o

custo da água vai sofrendo aumentos progressivos. A unidade de Carvalho/Lagoa da Onça consiste em uma plataforma de captação de água “bruta” diretamente no canal da transposição, uma estação de tratamento da água, uma estação elevatória e, finalmente, por gravidade, a água é distribuída para as residências.

Segundo relato a seguir, cedido por uma liderança da comunidade quilombola do Carvalho e pela gestão do programa, o Sisar tem sido bem recebido pela comunidade:

Esse sistema [Sisar] está sendo uma coisa muito importante, na zona rural, porque, em primeiro lugar, tirou muita gente – como mãe de família – de trabalho de carregar pote, lata na cabeça, galões etc.; facilitou muito. E a gente está sabendo que está consumindo uma coisa de qualidade. Antes dependia da fé! Todo mundo está satisfeito com esse projeto. Essa água estamos usando para beber, cozinhar, banho (Liderança de Carvalho/Custódia/PE). Tá muito gratificante nesse projeto. Muito feliz em ter sua própria água saudável dentro de casa. As famílias estão com mais tempo em casa, tem sua própria água na porta. Isso aí é coisa importante para elas – as mulheres –, inclusive já tivemos conversando a respeito disso. (Gestão Sisar-Moxotó).

A outra unidade de abastecimento foi construída no distrito de Rio da Barra, município de Sertânia, e atende dez comunidades, segundo o plano operacional do Sisar Moxotó. A unidade comunitária foi inaugurada em abril de 2023 e conta com atendimento de cerca de 700 famílias, tendo capacidade total para mil famílias. É importante destacar que, ao longo da construção da unidade, houve problemas financeiros com as empresas contratadas e a obra ficou parada:

(...) Veio uma segunda [empresa], aí botou os canos na rua, falta o [hidrômetro], falta tudo. Aí, não terminaram por isso. Iam terminar a caixa d’água agora. Ficou para terminar, em dezembro. Mas não sei se com essa posse no governo de Pernambuco, não aconteceu. A gente não sabe quando vai ser o final da obra (morador de Rio da Barra).

Segundo informações da coordenação do Sisar - Moxotó, as unidades comunitárias terão subsídios por três anos, relacionados à água bruta, ou seja, retirada do canal da transposição por meio de bombas e de energia elétrica para o funcionamento das estações de bombeamento e tratamento. Após esse período, a população da localidade/comunidade assume todos os custos. Esse fato incide diretamente no planejamento estratégico de implementação dos serviços nas comunidades e nas análises de dimensionamento do efetivo acesso à água a médio e longo prazo.

Com o Sisar, a promoção do acesso à água implica a oneração na dimensão econômica dessas comunidades em detrimento do modo de vida e acesso livre que as comunidades tinham antes da transposição. A água torna-se, por meio da taxação, uma “mercadoria”

fomentada por um modelo de produção capitalista. O acesso à água pelas comunidades das áreas afetadas faz parte do plano de reparação que o Estado deveria implementar de forma territorial, considerando as dimensões particulares das populações afetadas, fato que não ocorreu como deveria (Gonçalves *et al.*, 2024b).

Na comunidade beneficiada pelo Sisar, a associação de moradores faz a gestão da operação do sistema: “pequenos consertos, controle e pagamentos de contas de energia, controle sobre a cobrança da água (hidrômetro e operador).” Esse tipo de gestão contribui na organização do território nas demandas pelo acesso à água, interpelando as dimensões propostas por Fekete (2007) e a construção desse novo modelo de acesso e suas barreiras constitutivas.

Os moradores das comunidades, junto com a associação, vamos debater se fica em R\$ 39,00 ou se R\$ 42,00 a tarifa mínima para consumo da casa. O morador tem direito a 10 mil litros de água/mês. O que gastar a mais, ele tem que pagar por fora. A água está chegando em todos os pontos... Teve gente que quis, [mas] teve gente que não quis (morador de Rio da Barra).

O programa ainda suscita contradições e discussões que implicam, por um lado, na dimensão econômica das famílias que reclamam do alto valor pago pelo acesso à água, onerando parte da renda, uma vez que antes tinham acesso à água de forma livre por meio dos reservatórios como poços, cacimbas e açudes, onde produziam a manutenção do seu modo de vida tradicional. E, por outro, nas dimensões sociocultural e organizacional, que expressam um desafio territorial. Essas questões foram expressas no relato a seguir:

Primeiramente, a rede de distribuição é instalada só até a residência: se a pessoa que quiser puxar para o setor de irrigação... Fica caro demais, da porteira para a residência da pessoa! (morador de Carvalho).

Neste ínterim, há relatos em que a água disponibilizada tem um alto custo, chegando a valores entre R\$130 à R\$450 reais, referentes apenas à água de uso doméstico, configurando uma barreira econômica no acesso à água. É importante também pensar que para a implantação de um novo sistema de abastecimento devem ser observadas ações de readequações dos modos de uso da água com perspectivas da educação ambiental e econômica dentro do contexto de uso racional pelas pessoas, visto que se insere um sistema que se distingue do tipo de acesso que existia nessas comunidades.

Outra questão, embora não diretamente vinculada ao programa Sisar, é o uso da água para produção de alimentos e geração de renda, como a criação de animais e práticas agrícolas. Ocorre que, com relação à água para irrigação e/ou outras atividades produtivas, nestas comunidades, não há previsão de disponibilidade pelo Sisar, nem tampouco pelo PISF. Assim, há um acesso relativo à água por estas comunidades no que se refere ao uso

doméstico e um não acesso para os demais aspectos da produção e reprodução dessas comunidades. Outras estratégias são utilizadas para suprir essa necessidade de que também encontram barreiras na dimensão geográfica, como exemplificado na narrativa a seguir:

Além da água do sistema Sisar, nós já temos água da prefeitura, com dessalinizador, duas vezes por semana. Eles também não pagam... Mas não desativam os poços não (pois podem precisar...). Toda terça e toda quinta, cada um tem direito a um tambor de água, que vai de Waldemar Siqueira. Água pra beber, pra cozinhar... (morador de Rio da Barra).

O próprio sistema que objetiva viabilizar o acesso, impõe restrições de acesso, circunscrita principalmente nas dimensões econômica e organizacional. Incidindo em processos de injustiça socioambiental e injustiça hídrica provocada pelo Estado, conforme demonstrou Silva (2022), dificultando a manutenção da vida dessas famílias que historicamente vivem sob a égide de um Estado omissivo e processos de reparação descontextualizados.

Esta é a prática do “Estado jardineiro”, substituindo os mecanismos espontâneos, “incontrolados” neste caso do acesso à água, por um plano traçado com monitoria estatal, diz Bauman (1999). O PISF, plano estatal racionalizado, busca deslegitimar/desqualificar todos os campos de conhecimento incontroláveis e invalidar os saberes locais (ou seja, suas fontes hídricas e estratégias de abastecimento), isto é, desqualificar

(...) o senso comum, sejam como ‘meras crenças’, ‘preconceitos’, ‘superstições’ ou simples manifestações de ‘ignorância’ e, ao mesmo tempo, criar barreiras sociais e políticas de acesso à água não correspondente às intempéries da natureza, mas às condições de controle humano (Bauman, 1999, p. 33).

O Acesso à água nas Vilas Produtivas Rurais

Se, por um lado, as comunidades e populações que antes tinham uma existência relativamente livre de intervenção – existência não ordenada ou à margem da ordenação – com a transposição, estabeleceu-se uma nova ordem espacial, ordenada, uma vez que, como diz Bauman (1999), aquela experiência livre, espontânea no ritmo da “natureza”, passou a ser considerada “algo singularmente inadequado para a vida humana (...) algo a ser dominado, subordinado, remodelado de forma a se reajustar às necessidades humanas” (Bauman, 1999, p. 14). Portanto, daí a necessidade de ordenamento dessas comunidades pelo PISF, por meio do acesso à água, tendo em vista que não era mais possível, na ordem estatal, viver sob o ritmo e tempo da natureza.

Por outro lado, outros sujeitos, também afetados diretamente pelas obras, foram obrigados a se deslocarem para novos territórios, passando a viver sob vigilante monitoramento: as populações reassentadas nas *vilas produtivas rurais* (VPR). As VPR, nesse processo, passa-

ram a ser a expressão concreta da postura de jardineiro assumida pelo Estado e seu projeto racionalmente planejado. Ele passou a fornecer os critérios para avaliação do presente e dividiu as populações afetadas pelo PISF, ditando as regras para definir se tem direito a ser reassentado ou não. A metáfora do jardineiro, separando as pessoas afetadas pela transposição “em plantas úteis a serem estimuladas e cuidadosamente cultivadas e ervas daninhas a serem removidas ou arrancadas” (Bauman, 1999, p. 29), aplica-se a essa situação.

No Eixo Leste do PISF foram instaladas duas VPR, sendo a VPR Salão em Sertânia/PE e a VPR Lafayette em Monteiro/PB. A água para consumo e uso doméstico chegou, embora com alguns problemas na VPR Salão. Nessa VPR, as famílias rejeitaram a proposta da água oferecida por meio da Compesa, preferindo perfurar poços com recursos próprios e não arcar com despesas mensais pela água, situando a problemática em um contexto de colapso do sistema municipal de abastecimento. Há nesta narrativa um reflexo da dimensão política do acesso à água que se traduz num acesso relativo permeado por dificuldades no acesso pleno para todas as necessidades dessas pessoas.

No caso da VPR Lafayette, a situação de água para consumo e uso doméstico está “resolvida”, porém, o acesso é mediante pagamento de taxas mensais pelo uso, tendo como base uma média de 10 mil litros/mês por família. A água, fornecida pela Companhia de Abastecimento do Estado da Paraíba (Cagepa), foi uma conquista dos moradores a partir de 2019, advinda de uma ação civil junto ao Ministério Público Federal da Paraíba (MPF/PB). E, mesmo com o abastecimento ocorrendo por órgãos oficiais, segundo Silva (2022), havia irregularidade no tempo e no espaço do fornecimento.

A questão mais complexa está relacionada à água para produção, conforme prometido às populações reassentadas nas VPR. Segundo informações colhidas nas entrevistas, de todas as VPR (18 no total, entre os dois eixos da transposição), 13 VPR estão em processo e implantação da área irrigada (um hectare), beneficiando 703 famílias (Brasil, 2021). Ainda segundo a gestão do PISF (em entrevista), o objetivo mais imediato é entregar a parte de irrigação e, em seguida, a titulação das terras e casas, para as famílias. O diagnóstico elaborado pelo PISF em relação à irrigação – ou como diz Bauman (1999), o esforço de classificação e racionalização elaborado para justificar a intervenção – reproduz um processo de desqualificação das iniciativas das populações locais.

No Eixo Leste, os representantes da VPR Lafayette apontam dificuldades de receber o sistema de irrigação. Para eles, está claro a incapacidade dos moradores da VPR arcarem com os custos da sua operacionalização:

Não tem condição de uma associação gerenciar um projeto desse e fazer cobrança! A gente precisa ter essa responsabilidade. É muita responsabilidade! A comunidade aceitou a proposta de procurar parceiros e tivemos apoio: advogados, Secretaria de Agricultura e o prefeito (Liderança VPR Lafayette).

Na VPR Lafayette, está previsto o plantio e beneficiamento de algodão orgânico, produção de pasta de amendoim, gergelim em pasta, leite e horta comunitária. Oito famílias já produzem verduras e legumes com um poço construído pelo Governo do Estado da Paraíba nesta comunidade. Existem também alguns poços individuais/familiares, mas ainda não há água diretamente da transposição para uso produtivo (Silva, 2022).

Segundo informações da coordenação do PISF (em entrevista), quando o sistema de produção irrigada estiver funcionando, a partir da primeira safra, a verba de manutenção das famílias reassentadas, que equivale a uma ajuda de custo mensal paga pelo governo federal desde o momento de deslocamento das famílias, irá cessar. Isso significa dizer que todas as famílias ficarão por conta de sua própria capacidade de trabalho, geração de renda e manutenção do sistema.

Vale ressaltar que os moradores da VPR Lafayette, de acordo com Silva (2022), reivindicavam uma maior participação no processo de implantação do sistema de irrigação desde o início. Questões como o local onde ocorrerá a tomada/captação de água no canal que, segundo os moradores o local predefinido corrobora para as altas possibilidades de o sistema ser furtado. A constatação é que a empresa tem se mostrado irredutível, afirmando que a concepção do projeto tinha que ser respeitada (Silva, 2022).

Assim, observa-se que existe uma dimensão política imbricada nas dimensões geográfica, sociocultural, organizacional e econômica do acesso à água nessas comunidades, que determinam e sobredeterminam as condições desse acesso. Perspectivas macropolíticas reverberam nos territórios subsumindo-se às ações políticas organizacionais intrínsecas a essa população. Este fato implica no processamento da vida e nas condições de saúde dos indivíduos, promovendo desigualdades e iniquidades sociais e em saúde que geram problemas na disponibilidade, qualidade e custo do acesso. Essas barreiras retroalimentam as iniquidades e direcionam a localização das dimensões do acesso como uma ferramenta na construção de justiça socioambiental, através de diagnósticos de base territorial (Sanchez; Ciconelli, 2012).

Considerações Finais

Constatou-se que há um processo extremamente moroso na implantação dos sistemas de abastecimento humano nas diversas comunidades e localidades rurais afetadas pelo PISF, inviabilizando o acesso à água para irrigação e dessedentação animal. Todas as estratégias tradicionais de produção, provenientes de fontes comunitárias existentes, foram desestruturadas, sob o argumento de que o acesso seria organizado e administrado de modo racional por meio do PISF, fato que não ocorreu, afetando dimensões diversas do acesso à água nas comunidades, como verificado neste estudo.

O processo de implantação do projeto da transposição de águas nessas comunidades se caracteriza como um ordenamento de territórios para serem “tutelados” e em constante vigilância por parte do projeto de Estado jardineiro, em que os sujeitos sociais vivem “à espera” e desprovidos de autodeterminação. Famílias e comunidades não conseguem ter acesso à água para se reproduzir socialmente, pois foram-lhes desestruturadas as estratégias comunitárias de reprodução e não lhes foram dados os meios, prometidos pelo PISF, para tal fim. As VPR – espaço ordenado e de constante vigilância pelo Estado – mesmo tendo recebido água para consumo e uso doméstico (pelos menos as duas VPR do Eixo Leste), ainda não receberam a água prometida para produção, geração de renda e segurança alimentar familiar, o que inclui as 18 VPR existentes no contexto geral do PISF.

Observam-se incertezas materiais, recorrente sofrimento mental e uma constante violência simbólica. São necessários estudos que interseccionem o campo das ciências sociais e da saúde para analisar as repercussões, sob a hermenêutica da saúde coletiva, de como esses processos agem nas condições de vida e saúde dessas populações, inclusive perspectivas de reparação integral pelos danos causados.

Contribuições dos/as autores/as (participação na concepção, elaboração e revisão)

Concepção, elaboração e revisão: Todos os autores contribuíram na concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: A pesquisa foi financiada pelo edital da Chamada Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/Instituto Aggeu Magalhães-Fiocruz Nº 39/2018.

Aprovação por Comitê de Ética: A pesquisa foi aprovada segundo a Resolução da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa Nº 196/96 na versão 2012, pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz - IAM/FIOCRUZ sob o CAAE: 47220221.50000.5190.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

AZEVEDO, A. L. M.; COSTA, A. M. A estreita porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS): uma avaliação do acesso na Estratégia de Saúde da Família. *Interface*, Botucatu, v. 14, n. 35, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832010005000029>. Acesso em: 31 out. 2023.

BAUMAN, Z. *Modernidade e Ambivalência*. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAZZANELLA, S. L. O conceito de ambivalência em Zygmunt Bauman. *Cadernos Zygmunt Bauman*, São Luís, v. 2, n. 4, 2012. Disponível em: <http://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/1648>. Acesso em: 9 out. 2023.

BRANDÃO, C. R. A comunidade tradicional. In: COSTA, J. B. A.; LUZ, C. (Orgs.). *Cerrados, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais dos sertões Roseanos*. Montes Claros: Intermeios, 2010, p.347-361. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/a%20comunidade%20trad160.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MIR). *Relatório de impacto ambiental (RIMA): Projeto de integração do Rio São Francisco com Bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional*. Brasília: MIR, 2004. p.136.

BRASIL. Ministério de Integração Regional (MIR). *Programa de apoio técnico para implantação de Infraestrutura de abastecimento de água ao longo dos canais (PBA 15)*. Brasília: MIR, 2005. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ProjetoRioSaoFrancisco/ArquivosPDF/PBA15.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIR). *Comunidade indígena e Vila Produtiva Rural em Pernambuco vão receber sistemas de irrigação*. Brasília: MIR, 15 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/comunidade-indigena-e-vila-produtiva-rural-em-pernambuco-va-receber-sistemas-de-irrigacao>. Acesso em: 9 out. 2023.

BURSZTYN, M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CALAZANS, R. Ambivalências: O Nordeste nas obras de Gilberto Freyre e Celso Furtado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 64, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200006>. Acesso em: 31 out. 2023.

DOMINGUES, R. C. *A vulnerabilização camponesa no contexto da transposição do rio São Francisco: O desterro na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco)*. Dissertação de mestrado (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública), Departamento de Saúde Coletiva, Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz. Recife, 2016.

FEKETE, M. C. Estudo da acessibilidade na avaliação dos serviços de saúde. In: SANTANA, J. P. et al. (Org.). *Desenvolvimento gerencial de Unidades Básicas do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 1997. p. 177-84.

GONÇALVES, G. M. S. et al. A transposição do rio São Francisco e a saúde do povo Pipipá, em Floresta, Pernambuco. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 27, n. 3, pp. 909-921, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170388>. Acesso em: 31 out. 2023.

GONÇALVES, J. E. et al. Processos de vulnerabilização em comunidades camponesas afetadas pela transposição do rio São Francisco em Sertânia. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. e220907pt, 2024a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902024220907pt>. Acesso em: 31 out. 2023.

GONÇALVES, J. E. *et al.* Saúde e reparação integral de comunidades camponesas em territórios da transposição do rio São Francisco. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v 33, n. 1, p. e220703pt, 2024b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902024220703pt>. Acesso em: 31 out. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapa do semiárido brasileiro*. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html>. Acesso em: 31 out. 2023.

LAFAYETTE, F. B. *Proposta e avaliação de modelo de gestão de sistema de abastecimento de água no meio rural no estado de Pernambuco*. Tese de Doutorado (Doutorado em Engenharia Civil), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/45631/1/TESE%20Fernandha%20Batista%20Lafayette.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

ROZENDO, C.; DINIZ, P. C. O. Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens. *Revista Desenvol. Meio Ambiente*, Paraná, v. 55, pp. 1-8, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/78198/42371>. Acesso em: 31 out. 2023.

SANCHEZ, R. M.; CICONELLI, R. M. Conceitos de acesso à saúde. *Rev Panam Salud Publica*, v. 31, n. 3, pp. 260-268, 2012. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/9344>. Acesso em: 31 out. 2023.

SILVA, M. M. V. *Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF: Recortes da injustiça hídrica no semiárido paraibano*. Dissertação de mestrado (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural), Universidade Federal de São Carlos. Araras, 2022.

SISAR. Sistema Integrado de Saneamento Rural, 2023. Disponível em: <http://sisar.org.br/noticias/tag/pernambuco/>. Acesso em: 31 out. 2023.

YIN, R. K. *Métodos de pesquisa: pesquisa qualitativa do início ao fim*. Tradução: Daniela Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016. p.313.